

coincidiram com os dados expostos no Sistema de Bilhetagem Eletrônica" (fl. 192/193), o que, posteriormente, acarretou sua inabilitação no certame, por descumprimento do subitem 21.4.1.1.1.2 do edital, *in verbis*:

"21.4.1.1.1 - Considera(m)-se pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da presente licitação o(s) serviço(s) anterior(es) que atenda(m) os seguintes quantitativos:

(...)

21.4.1.1.1.2 - Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de passageiros médio mensais estimados para o Lote onde concorra a LICITANTE, informados no Anexo II do presente EDITAL."

Sustenta a apelante que foi prejudicada pelo ato da apelada pois, caso tivesse conhecimento prévio de que os dados no primeiro atestado não estavam corretos, teria concorrido no certame por meio de consórcio juntamente com outra empresa, a fim de cumprir com as exigências do atestado de capacidade técnica.

Às fls. 222/232 o Juízo de Conhecimento deferiu a liminar determinando que o réu oportunizasse à autora, em data não inferior a 05 (cinco) dias, apresentar a documentação visando à sua habilitação na concorrência aludida, na modalidade consórcio, dos lotes n.º 01, 03 e 04, ficando suspensa a tramitação do processo licitatório desses itens até o julgamento da habilitação da autora, caso ofertada no prazo determinado.

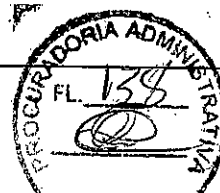
Contra tal decisão, o Distrito Federal interpôs Agravo de Instrumento, obtendo efeito suspensivo para se determinar o regular prosseguimento da concorrência pública. (fls. 260/261)

No entanto, independentemente da questão discutida na presente demanda, a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal determinou a reabertura da Concorrência Pública 01/2011-ST, para os lotes n.º



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3
GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



01, 03 e 04, tendo em vista que "não houve proponentes habilitados nos respectivos lotes", conforme publicado no diário oficial n.º 262, de 27/12/2012 (fl. 292).

Na presente demanda, a causa de pedir consiste na alegada ilegalidade do ato da administração que inabilitou a autora no procedimento licitatório, após a emissão do novo atestado de capacidade técnica incompatível com as exigências do edital.

Já o pedido repousa na declaração de nulidade do ato questionado, com a consequente manutenção da autora no certame e sua habilitação para as fases subsequentes.

No entanto, constata-se que posteriormente ao ajuizamento da ação, o Distrito Federal determinou a reabertura do edital de licitação (fls. 292).

Pode-se concluir, portanto, que o ato que inviabilizou o prosseguimento da autora no certame não mais persiste, isto é, com a reabertura do edital ela vai poder concorrer para o objeto da licitação em igualdade de condições com os demais interessados, de forma individual ou em consórcio com outra empresa, de acordo com o que lhe aprouver.

Segundo os ensinamentos de Daniel Amorim Assumpção Neves: *"As condições da ação devem ser analisadas no momento de julgamento da demanda, e não no de sua propositura. **Significa dizer que, presentes as condições da ação no momento de propositura, se por fato superveniente desaparecer uma delas, será caso de extinção por carência superveniente de ação (...).**"*¹

Nesses termos, tenho que a reabertura do edital da Concorrência Pública 01/2011-ST é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, em face da perda superveniente de interesse processual, motivo pelo qual, deve

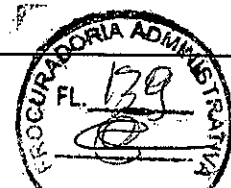
¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil; 2.ª Edição. Editora Método, São Paulo, 2010, p. 470.



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV50.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV50.JWE2.WDI3

GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



ser mantida a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC.

Sobre o tema, trago os seguintes julgados:

"APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE INABILITOU A IMPETRANTE EM LICITAÇÃO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ANULADO PELA ADMINISTRAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. Constatada a anulação de ofício, pela Administração Pública, da licitação em cujo procedimento foi praticado o ato objeto da impugnação pelo presente mandado de segurança, a extinção do feito sem resolução do mérito é medida que se impõe, diante da perda superveniente do interesse de agir decorrente da inutilidade da presente via para alcançar a pretensão almejada. (Acórdão n.635892, 20080110174484RMO, Relator: CARMELITA BRASIL, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 21/11/2012, Publicado no DJE: 23/11/2012. Pág.: 91)"

"APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR MEIO DE PREGÃO. LICITAÇÃO REVOGADA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. Revogada licitação a questionada, houve a perda superveniente do interesse processual, por não mais ser necessária a tutela jurisdicional buscada no processo. (Acórdão n.580255, 20110110993758APC, Relator: CARMELITA BRASIL, Revisor: WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 18/04/2012, Publicado no DJE: 20/04/2012. Pág.: 84)"

Ônus Sucumbenciais

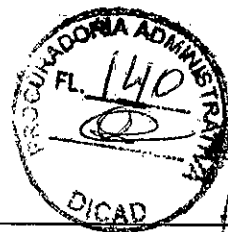
Quanto à condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais, pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à instauração do processo julgado sem exame mérito deve arcar com todas as despesas. Neste sentido a jurisprudência deste Tribunal de Justiça, *verbis*:

"APELAÇÃO. AÇÃO CAUTELAR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3
GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



PROCESSUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. Nas causas em que o processo é extinto, sem resolução do mérito, por perda superveniente do interesse processual, em razão do princípio da causalidade, a parte que deu causa à propositura da demanda deverá arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios. Apelação conhecida e improvida. Recurso adesivo conhecido e provido.” (20090110399703APC, Relator Souza e Ávila, 5ª Turma Cível, julgado em 06/10/2010, DJ 14/10/2010 p. 293)

“PROCESSO CIVIL - ADMINISTRATIVO - DISTRITO FEDERAL - PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL - EXTINÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CAUSALIDADE. A perda superveniente do interesse processual acarreta a extinção do feito sem resolução do mérito. Em virtude do princípio da causalidade, os honorários advocatícios devem ser pagos pela parte que motivou o ajuizamento da ação.” (20080111264390APC, Relator Sérgio Bittencourt, 4ª Turma Cível, julgado em 10/02/2010, DJ 01/03/2010 p. 121)

“PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM BASE NO ART. 267, VI DO CPC. PERDA DO OBJETO EM FACE DO ATENDIMENTO DA PRETENSÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO DO RÉU, DISTRITO FEDERAL, AO PAGAMENTO DA VERBA DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.” (20090110947005APC, Relator Dácio Vieira, 5ª Turma Cível, julgado em 25/08/2010, DJ 08/09/2010 p. 136)

Destarte, considerando que a reabertura do procedimento licitatório só ocorreu após o ajuizamento da presente demanda e que a falta de interesse de agir foi superveniente ao eu ajuizamento deverá o réu arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados na sentença.

DISPOSITIVO



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV50.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV50.JWE2.WDI3
GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



Forte em tais razões, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para, em respeito ao princípio da causalidade, condenar o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados na sentença.

No mais, mantenho incólume a r. sentença.

É como voto.

1420 A
1420 A
1420 A

1420 A
1420 A

O Senhor Desembargador FERNANDO HABIBE - Revisor

De Acordo

O Senhor Desembargador ANTONINHO LOPES - Vogal

Com o Relator.

DECISÃO

DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME.



Código de Verificação:

SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3SZTT.2013.GXFC.HV5O.JWE2.WDI3

GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO



Órgão

Processo N.

Embargante(s)

Embargado(s)

Relator

Acórdão Nº

4ª Turma Cível

Embargos de Declaração

20120111952972APC

DISTRITO FEDERAL

VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA

Desembargador CRUZ MACEDO

736.640

no(a) Apelação Cível



EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. REEXAME DA MATÉRIA.

1. Os embargos de declaração não constituem a via processual adequada para que o Recorrente demonstre o seu inconformismo em relação à interpretação jurídica que culminou na negativa de provimento do agravo de instrumento.

2. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir a matéria já apreciada pelo Colegiado, cabendo ao Embargante inconformado perseguir as instâncias cabíveis para obter a reforma do julgado.

3. Embargos não providos.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, CRUZ MACEDO - Relator, FERNANDO HABIBE - Vogal, ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador CRUZ MACEDO, em proferir a seguinte decisão: **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2013

Documento Assinado Digitalmente

20/11/2013 - 18:57

Desembargador CRUZ MACEDO

Relator



Código de Verificação: 92R6.2013.1R1A.53TX.VLWR.9CYM

RELATÓRIO



Trata-se de embargos de declaração opostos por DISTRITO FEDERAL em face do acórdão prolatado por esta e. Turma (fls. 362/370), que deu parcial provimento ao apelo da parte autora, cuja ementa restou assim redigida:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. REABERTURA DO EDITAL APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. A reabertura do edital de licitação impugnado por falta de proponentes habilitados, acarreta a perda superveniente do interesse de agir da parte autora, porquanto possibilitará sua participação no certame na modalidade que lhe aprouver, não subsistindo mais os motivos que ensejaram a propositura da demanda. Correta portanto, a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC. 2. Considerando que a ausência de interesse de agir foi superveniente, em razão da reabertura do edital do procedimento licitatório ter ocorrido somente após o ajuizamento da presente demanda, deverá o réu arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais, em respeito ao princípio da causalidade. 3. Recurso parcialmente provido. (Acórdão n.720118, 20120111952972APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/09/2013, Publicado no DJE: 15/10/2013. Pág.: 141)"

Insurge-se o embargante sob o fundamento de que o acórdão embargado incorreu em contradição e obscuridade, uma vez que não há fundamento jurídico suficiente para afirmar que o Distrito Federal teria dado causa ao ajuizamento da ação, na medida em que a reabertura do certame se deveu ao fato da licitação originária ter restado deserta, resultado que não poderia lhe ser imputado.



Código de Verificação: 92R6.2013.1R1A.53TX.VLWR.9CYM

GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO

Argumenta que tal fato pode ser corroborado pelo fato da liminar concedida pelo juízo de primeiro grau ter sido cassada em sede de agravo de instrumento, importando em rejeição da tese inicial esposada pelo autor.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja sanada a contradição/obscuridade apontada, condenando-se o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

É o relatório.

VOTOS



O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Mostra-se clara, no caso, a improcedência das razões recursais, porquanto não há nenhum vício a ser suprido no presente feito, nos moldes do artigo 535 do CPC.

Em verdade, mostra-se evidente a pretensão de rediscussão e reexame do julgado, não a pretexto de omissão, contradição ou obscuridade, mas sim a fim de que se imprima sob as questões já examinadas no r. acórdão embargado, enfoque e interpretação diversos, com o indevido propósito infringente do julgado.

É despidiendo rememorar, que os embargos de declaração, como regra, não são a via adequada para a revisão do julgado, simplesmente porque o Recorrente não se conforma com a interpretação jurídica dada ao caso pelo órgão julgador, como se pretende na espécie.

Da mesma forma, rememore-se que todas as questões reagitadas nos presentes embargos - de manifesta coloração protelatória - foram expressamente examinadas pelo acórdão que, de forma fundamentada, decidiu que os honorários de sucumbência deveriam ser carreados pelo réu, uma vez



Código de Verificação: 92R6.2013.1R1A.53TX.VLWR.9CYM

GABINETE DO DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO

que a reabertura do procedimento licitatório, mesmo que em razão do certame ter restado deserto, só ocorreu após o ajuizamento da demanda, razão pela qual não há falar em contradição ou obscuridade.

Cumprе ressaltar que a cassação da liminar pelo E. Tribunal de Justiça não significa a rejeição da tese inicial apresentada pelo autor, uma vez que se limitou a averiguar a presença dos requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada e não propriamente ao mérito da demanda.

Desse modo, possuindo o embargante entendimento diverso daquele lançado para solucionar a controvérsia em debate, deve perseguir às instâncias cabíveis para obter a reforma do julgado, tendo em vista que os embargos declaratórios não se prestam a rediscutir a matéria já apreciada.

DISPOSITIVO

Em face do exposto, **NEGO PROVIMENTO** aos presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

O Senhor Desembargador FERNANDO HABIBE - Vogal

Com o Relator.

O Senhor Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS - Vogal

Com o Relator.

DECISÃO

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, UNÂNIME.



Puppin

Advogados Associados



Alexandre Spezia
Luiz César Simões Cardoso
Marcus Paulo Santiago T. Cunha
Mariana Aires Coelho A. Dias
Priscila Marangon
Tathiana Passoni Reis

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (SECRETARIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

4ª TURMA CÍVEL
18/12/2013 18:11:58

Processo nº. 2012 01 1 195297-2.

11703




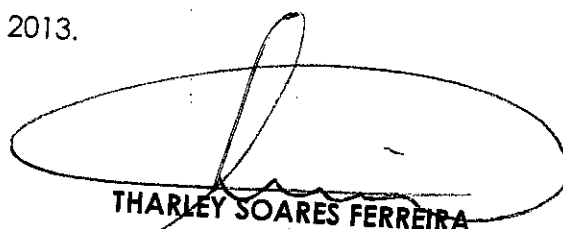
VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados, tendo em vista o v. Acórdão que deu parcial provimento ao Recurso manejado, vem, respeitosamente, a presença de V. Excelência interpor **RECURSO ESPECIAL**, na forma das razões em anexo.

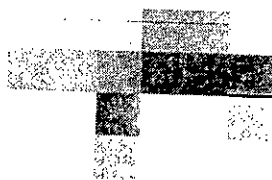
O Especial, em causa, encontra arrimo no permissivo do art. 105, III, "a" (art. 267, VI, do CPC), da Carta Política de 1988, pelo quê deve ser admitido e encaminhado ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Pede deferimento.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.


ANDRÉ PUPPIN MACÊDO
OAB/DF 12.004

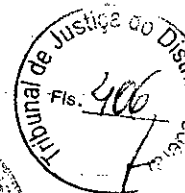
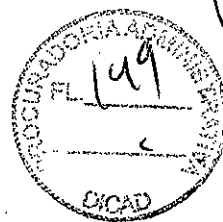

THARLEY SOARES FERREIRA
OAB/DF 36.374



Puppín

Advogados Associados

RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL



Colendo Tribunal,

Egrégia Turma,

Douto Relator,

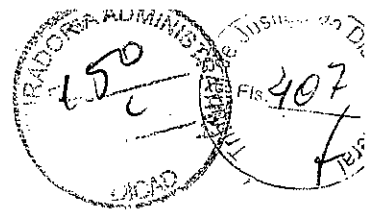
I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Tendo em vista os pressupostos extrínsecos à admissibilidade do recurso, informa-se que o v. Acórdão recorrido, que julgou a demanda, foi publicado no dia 29/11/2013 (sexta-feira), sendo certo que o prazo esgota-se no dia 16/12/2013 (segunda-feira), data deste protocolo.

Os patronos estão regularmente representados.

O preparo recursal encontra-se anexo a esta peça, com o devido comprovante de pagamento. Quanto ao porte de remessa e retorno, reporta-se ao art. 6º da Resolução STJ nº 4, de fevereiro de 2013, que afirma a não exigência do porte de remessa e retorno dos autos quando se tratar de recursos encaminhados aos STJ e por ele devolvidos integralmente pela via eletrônico, tendo o TJDF aderido a essa modalidade.

A Recorrente é parte legítima para figurar no presente feito. Ademais, possui interesse recursal, pois se observa que o v. Acórdão recorrido repercute na seara individual de direitos da Recorrente, evidenciando sua condição de prejudicado/sucumbente.



II - SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de Ação ordinária declaratória manejada pela Viação Cidade Brasília em face do Distrito Federal visando a manutenção da ora Recorrente na Concorrência. 01/2011 movida pelo Secretaria de Transporte do Distrito Federal - DFTrans.

É que a Secretaria de Transporte do Distrito Federal lançou edital de Licitação que tem por objeto "a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, distribuída em 5 (cinco) lotes, conforme descrição do presente edital e seus anexos".

A Recorrente apresentou todos os documentos necessários para a participação da Concorrência, mesmo assim, foi inabilitada por suposta irregularidade no quantitativo de passageiros transportados.

Ocorre que a aludida certidão foi emitida pelo próprio Órgão licitante, ao passo que no tempo da apresentação da certidão o quantitativo descrito ultrapassava o exigido pela norma editalícia, conforme cotejo descrito no v. Acórdão.

Assim, somente após o prazo de apresentação dos documentos de habilitação surgiram questionamentos das demais concorrentes acerca do quantitativo descrito na declaração, restando inabilitada.

Ingressou pretendendo a sua manutenção na concorrência, porém o d. Juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal extinguiu o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC por entender que havia a

falta dos pressupostos processuais e das condições da ação, matérias de ordem pública, a serem conhecidas diretamente pelo Juiz.

A Recorrente apelou da decisão sustentando a impossibilidade de extinção do feito sem julgamento de mérito por falta dos pressupostos processuais e condições da ação, já que o simples fato de reabrir a licitação não pode obstar o direito líquido da Recorrente em se habilitar em um dos lotes abertos, já que o único óbice foi o erro na certidão emitida pela própria Secretaria.

Ora, eram 5 (cinco) o número de lotes disponíveis, 2 (dois) deles foram adjudicados naquele momento, restando, portanto, 3 (três), sendo que a única razão que inabilitou a Recorrente para concorrer a um dos três lotes foi a falha contida na certidão emanada pelo DFTrans. Nesse passo, a reabertura da concorrência não poderia ser fonte de extinção do processo.

Porém, mesmo diante das abundantes razões que cercam a Recorrente, o C. Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou provimento ao apelo da Recorrente. Contudo, há patente violação aos regramentos jurídicos, máxime ao art. 267, VI, do CPC, já que as matérias são apenas de direito, razões pelas quais, merece a reforma do v. Acórdão para afastar as anomalias que serão abaixo apontadas.

II - EMENTA DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DO PREQUESTIONAMENTO

O v. Acórdão foi ementado nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. REABERTURA DO EDITAL APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. A reabertura do edital de licitação impugnado por falta de proponentes habilitados, acarreta a perda superveniente do interesse de agir da parte autora, porquanto possibilitará sua participação no certame na modalidade que lhe aprovar, não subsistindo mais os motivos que ensejaram a propositura da demanda. Correta portanto, a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC.
2. Considerando que a ausência de interesse de agir foi superveniente, em razão da reabertura do edital do procedimento licitatório ter ocorrido somente após o ajuizamento da presente demanda, deverá o réu arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais, em respeito ao princípio da causalidade.
3. Recurso parcialmente provido.

As matérias aludidas e cogitadas neste Especial foram, expressamente, ventiladas pelo v. Acórdão recorrido, cumprindo-se um dos requisitos de sua admissibilidade.

Veja-se, nesse sentido, que há manifestação explícita sobre a extinção do feito sem resolução do mérito derivado da reabertura da Concorrência movida pela Secretaria de Transporte do Distrito Federal.

A Requerente manejou Embargos de Declaração, porém foi negado provimento ao Recurso, nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E
OBSCURIDADE INEXISTENTES. REEXAME DA MATÉRIA.

1. Os embargos de declaração não constituem a via processual adequada para que o Recorrente demonstre o seu inconformismo em relação à interpretação jurídica que culminou na negativa de provimento do agravo de instrumento.
2. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir a matéria já apreciada pelo Colegiado, cabendo ao Embargante inconformado perseguir as instâncias cabíveis para obter a reforma do julgado.
3. Embargos não providos.

(Acórdão n.736640, 20120111952972APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor:
FERNANDO HABIBE, 4º Turma Cível, Data de Julgamento: 13/11/2013,
Publicado no DJE: 28/11/2013. Pág.: 111)

O prequestionamento, que se constitui pressuposto de admissibilidade, está configurado tanto na ementa do v. Acórdão recorrido, quanto em diversos trechos do voto do d. Desembargador Relator, senão vejamos:

RELATÓRIO

[...]

"em sede de Ação Ordinária proposta em face do DISTRITO FEDERAL, julgou extinto o processo sem exame do mérito, por ausência de interesse de agir, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC"

Continua afirmando o Voto do d. Relator:

[...]

"Nesses termos, tenho que a reabertura do edital da Concorrência Pública 01/2011-ST é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, em face da perda superveniente de interesse processual, motivo pelo qual, deve ser mantida a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC."

Com isso, resta afastada qualquer possibilidade da aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

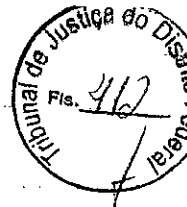
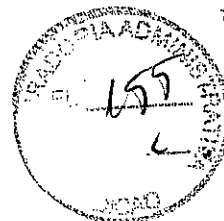
INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7 DO STJ

No presente recurso não serão discutidas questões de fato, uma vez que toda a argumentação será direcionada para a violação/interpretação dos dispositivos infraconstitucionais retrocitados.

III - DO DIREITO

DA NECESSIDADE DE REFORMA DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO. DA CORRETA EXEGESE DO ART. 267, IV DO CPC.

O art. 267 do CPC estabelece que:



Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: [Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005]

- I - quando o juiz indeferir a petição inicial;
- II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
- III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
- IV - quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;
- VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.**

~~In casu, o d. Juízo a quo confirmou a sentença para afirmar que houve perda superveniente do interesse processual com a reabertura da Concorrência movida pela Secretaria do Distrito Federal.~~

Tem-se que o interesse processual é parte indissociável da marcha processual, ao passo que ausente o interesse perde-se a necessidade de pronunciamento do Poder Judiciário.

Contudo no presente caso, apesar da reabertura da Concorrência, a Recorrente não perdeu o interesse processual. Um ato não anula o outro!!!

Como visto, o d. Juízo extinguiu o processo sem julgamento de mérito, única e exclusivamente por entender que a reabertura da concorrência possibilitará novamente a participação da Recorrente na concorrência dos lotes 01, 03 e 04.

Fundado ÚNICA e EXCLUSIVAMENTE nesta alteração do número de passageiros transportados (de 1.793.500 para 1.421.988 passageiros/mês) a Recorrente foi inabilitada da Concorrência pelo suposto descumprimento ao subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital.

O subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital possui a seguinte exigência, *in verbis*:

21.4.1.1 – A LICITANTE deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

21.4.1.1.1 – Considera(m)-se pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da presente licitação o(s) serviço(s) anterior(es) que atenda(m) os seguintes quantitativos:

21.4.1.1.1.1 – Totalizem frota atual (ou existente na data de assinatura do atestado), composta por veículos do tipo microônibus e/ou ônibus (enquadrado em qualquer das categorias descritas no Anexo II.5 deste EDITAL), correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do número de veículos da frota inicial prevista no presente EDITAL (Anexo II) para operação do lote onde proponha a LICITANTE; e,

21.4.1.1.1.2 – Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do



número de passageiros médios mensais estimados para o Lote onde concorra a LICITANTE, informados no Anexo II do presente EDITAL.

Note-se que, em virtude das informações equivocadas repassadas pela SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, esta empresa foi induzida em erro, uma vez que a quantidade mensal de passageiros apresentada era suficiente para a pretensão da licitante, ainda mais por se tratar de documento público, que possui presunção de veracidade, fé pública.

Do contrário, ou seja, caso tivesse ciência do que depois se constatou, certamente teria somado forças (EM CONSÓRCIO) com outra empresa, e, por conseguinte atendido facilmente a requisição editalícia.

Todavia, em que pese a ampla alegação e efervescência processual travada para demonstrar a ilegalidade no ato de inabilitação da Recorrente, tendo em vista que é lícito e justo a possibilidade desta participar, no mínimo, em pé de igualdade com os demais participante (art. 3º da Lei 8.666/93), já que estes tiveram a possibilidade de participar em consórcio com outras empresas, fato este que não ocorreu com a Apelante, a SECRETARIA REABRIU O PROCESSO DE HABILITAÇÃO.

Para agravar ainda mais a situação, o d. Juízo de piso proferiu a sentença e julgou extinto sem resolução de mérito, por entender que a reabertura da fase de habilitação faz perder o interesse da ora Recorrente em ter a prestação jurisdicional e o d. Juízo da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal confirmou a sentença alegando que "o ato que inviabilizou o prosseguimento da autora no certame não mais persiste, isto é, com a reabertura do edital ela vai poder concorrer para o objeto da licitação em igualdade de condições com os demais interessados, de forma individual ou em consórcio com outra empresa, de acordo com o que lhe aprouver".

TODAVIA, ESSA DECISÃO CONFRONTA OS MAIS BASILARES PRINCÍPIOS (inscritos no art. 37, § 6º da CF) e (art. 3º da lei de licitações), BEM COMO OS MAIS RECENTES PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS, ASSIM COMO OS TRIBUNAIS SUPERIORES, SENDO DEVIDA A ANÁLISE DA MATÉRIA MERITÓRIA.

Com efeito, a insurgência da Recorrente reside na violação do art. 267, VI, bem como dos reiterados precedentes, já que é manso e pacífico que nem mesmo a homologação do resultado pode ser fonte de perda do objeto.

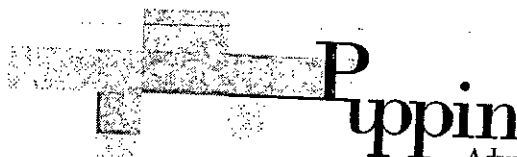
Em verdade os d. Juízos estabeleceram apenas que o fato dos lotes estarem adjudicados não havia mais interesse no andamento do feito. Ocorre, entretanto, que a matéria aposta naqueles autos discute a certidão emitida pelo Órgão.

Com efeito, é de bom alvedrio destacar alguns precedentes que formam convencimento que muito se amolda ao feito. Senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. LICITAÇÃO. AÇÃO POPULAR. IMPUGNAÇÃO DE EDITAL. ILEGALIDADES. ADJUDICAÇÃO SUPERVENIENTE. EXECUÇÃO CONTRATUAL. PERDA DE OBJETO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. 1. Inicialmente, não se pode conhecer da violação ao art. 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia. 2. A ação popular voltou-se contra ilegalidades que viciavam o edital do certame, motivo pelo qual as supervenientes adjudicação e execução contratual não dão ensejo à perda de objeto - pois é evidente que, se o procedimento licitatório é eivado de nulidades de pleno direito desde seu início, a adjudicação e a posterior celebração do contrato também o são (art. 49, § 2º, da Lei n. 8.666/93). 3. **Entendimento diverso equivaleria a dizer que a própria**

Administração Pública, mesmo tendo dado causa às ilegalidades, pode convalidar administrativamente o procedimento, afastando-se a possibilidade de controle de arbitrariedades pelo Judiciário (malversação do art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República vigente). 4. Em sentido idêntico, v. REsp 1.059.501/MG, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 10.9.2009. 5. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1172333 SP 2009/0247425-6, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 10/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/09/2010).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ANULAÇÃO DE PRIMEIRO CERTAME. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE ANULAÇÃO. FINALIZAÇÃO DO CERTAME SUBSEQUENTE. AUSÊNCIA DE PERDA DO INTERESSE RECURSAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. DEVOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. ART. 515, § 3º, DO CPC. IMPOSSÍVEL. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. 1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a segurança em pleito que visava combater a anulação administrativa de um primeiro certame, substituído por segunda licitação realizada para aquisição do mesmo objeto. O Tribunal de origem consignou que a adjudicação do segundo certame esvaziou o interesse recursal do impetrante e extinguiu o writ, sem apreciação do mérito. 2. No caso em tela, a primeira licitação foi anulada pela Administração, com base em vícios insanáveis; o impetrante insurgiu-se, e foi paralisada a segunda licitação até a apreciação da impetração que, todavia, foi suspensa em procedimento específico perante o Superior Tribunal de Justiça (AgRg na SS 2.256/PR, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 5.11.2008, DJe 24.11.2008). Após a suspensão da segurança, a tramitação administrativa da segunda licitação prosseguiu, tendo sido o resultado atingido, bem como adjudicado o objeto. 3. A Corte Especial do STJ acordou que "a superveniente adjudicação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o certame está eivado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato" (AgRg na SS 2.370/PE, Rel. Min. Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 23.9.2011). No mesmo sentido: REsp 1.128.271/AM, Rel. Min. Castro Meira,



Advogados Associados



Segunda Turma, DJe 25.11.2009; e REsp 1.059.501/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2009. 4. Superada a perda do objeto, devem os autos retornar ao Tribunal, para que este aprecie o mérito da controvérsia: legalidade, ou não, da anulação do primeiro certame. Porém, o mérito não pode ser examinado com base no art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, sob pena de supressão de instância, conforme indicado pelo Pretório Excelso: RE 621.473/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 23.11.2010, publicado no DJe em 23.3.2011, Ementário vol.2.487-02, p. 255, LEXSTF v. 33, n. 388, 2011, pp. 418-424. No mesmo sentido: AgRg no RMS 34.197/GO, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11.11.2011; e RMS 33.739/BA, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.9.2011. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no RMS: 37803 PR 2012/0090679-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/06/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/06/2012).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DE EDITAL. ILEGALIDADES. ADJUDICAÇÃO SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. 1. O mandado de segurança voltou-se contra ilegalidades que viciavam o edital do certame, motivo pelo qual superveniente adjudicação não dá ensejo à perda de objeto - pois é evidente que, se o procedimento licitatório é eivado de nulidades de pleno direito desde seu início, a adjudicação e a posterior celebração do contrato também o são (art. 49, § 2º, da Lei n. 8.666/93). 2. Entendimento diverso equivaleria a dizer que a própria Administração Pública, mesmo tendo dado causa às ilegalidades, pode convalidar administrativamente o procedimento, afastando-se a possibilidade de controle de arbitrariedades pelo Judiciário (malversação do art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República vigente). 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1059501 MG 2008/0106765-2, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 18/08/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/09/2009).

Ademais, é ver os precedentes já sedimentados por este d. Órgão em que "a homologação do resultado final de certame **não** enseja a perda de objeto de 'writ' que discute as fases anteriores de concurso público". Precedentes: RMS 33.294/GO, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24.5.11; AGRESP 1.224.039/MS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 15.3.11; e RMS 32.101/DF, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 20.8.10." (AGRMS 2011/0081874-6, Min. Humberto Martins, 2ª Turma, DJe 11.11.11).

E o e. Conselho Especial daquele c. Tribunal, seguindo entendimento deste e. STJ, tem decidido que não ocorre a perda superveniente do interesse de agir com a homologação do resultado final do concurso, se está em discussão possível ilegalidade em fase do certame. Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO. MUNICÍPIO DE MANAUS-AM. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE EM RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO. PERDA DO INTERESSE DE AGIR EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO SERVIÇO LICITADO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial do STJ, "a superveniente adjudicação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o certame está eivado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato" (AgRg na SS 2.370/PE, Rel. Min. Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 23.9.2011). No mesmo sentido: AgRg no AREsp 141.597/MA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/10/2012; REsp 1.128.271/AM, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 25.11.2009; e REsp 1.059.501/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2009. 2. Agravo regimental não provido. (2010/0198192-6, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 12/03/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/03/2013).

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES: FALTA DE INTERESSE DE AGIR E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REJEIÇÃO. MÉRITO: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NO EDITAL. NULIDADE. NOMEAÇÃO E POSSE. DESCABIMENTO.

1. Não há de se falar em falta do interesse de agir, em razão da homologação do resultado final do concurso público, se está sendo discutida possível ilegalidade em etapas do próprio certame.

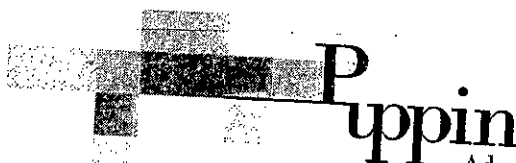
2. Quando a matéria é eminentemente de direito e o conjunto de provas carreadas aos autos encontra-se suficientemente apto à análise do mérito, não há de se falar em inadequação da via eleita em sede de mandado de segurança.

3. (...).

5. Segurança concedida." (MSG 20100020128255, Rel. Des. Arnaldo Camanho de Assis, Conselho Especial, julgado em 3.5.11, DJ 1.6.11, p. 66);

Notadamente o Acórdão tomou outros trilhos dos apresentados na lide e, mesmo sob o manto ordem pública, restou, *data maxima venia*, equivocada quanto aos fundamentos necessários e indispensáveis para o embasamento que impôs o fim da lide sem resolução do mérito, violando assim, dispositivo de lei federal qual seja Lei 5.869/1973, art. 267, VI.

Segundo Alexandre Câmara, seguindo orientação de Dinamarco, a utilidade do provimento jurisdicional, que caracteriza o interesse de agir, "é verificada pela presença de dois elementos, que fazem com que esse requisito do provimento final seja verdadeiro binômio: 'necessidade da tutela jurisdicional' e 'adequação do provimento pleiteado'. Fala-se assim em 'interesse-necessidade' e em 'interesse-adequação'." (in Lições de Direito Processual Civil, v. I, 11ª ed., Lumen Juris, p. 126).



Advogados Associados



Nem mesmo a adjudicação do objeto pretendido pode ser entrave ou mesmo tenha o condão de afastar o interesse de agir da Apelante, tampouco, a simples reabertura da concorrência.

Sobre o tema o Ilmo Min. Mauro Campbell Marques¹ assim falou no julgamento do REsp 105.9501/MG " O mandado de segurança voltou-se contra ilegalidades que viciavam o edital do certame, motivo pelo qual superveniente adjudicação não dá ensejo à perda do objeto - pois é evidente que, se o procedimento licitatório é eivado de nulidades de pleno direito desde seu início, a adjudicação e a posterior celebração do contrato também o são (art. 49, § 6º, da Lei n. 8.666/93). 2 . Entendimento diverso equivaleria a dizer que a própria convalidar administrativamente o procedimento, afastando-se a possibilidade de controle de arbitrariedades pelo Judiciário (malversação do art. 5º, inciso, XXXV, da Constituição da República vigente)"

Se assim não o fosse, bastaria que após a prática de atos de ilegalidade o Órgão simplesmente adjudicasse às pressas a licitação.

A simples subsunção fática demonstra verdadeira a fragilidade dos argumentos tecidos na v. sentença, isto porque, se a Recorrente reluta perante o judiciário para ser habilitada a concorrer os lotes 01, 03 e 04, e estes ainda estão totalmente disponíveis, não há se falar em perda superveniente do objeto, mostrando-se a ação com todas as suas condições para o julgamento da lide.

Ora, sendo a Recorrente habilitada em todos os requisitos contidos no Edital, padecendo de habilitação apenas por conta de erro da própria Secretaria, certamente com a procedência da ação um dos 3 (três) lotes seriam necessariamente da Recorrente.

¹ 2ª Turma, REsp 105.9501/MG, Rel.Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/09/2009.
Página 16 de 21

Não há como admitir que a prática de um ato – reabertura dos lotes 01, 03 e 04 - seja capaz de eliminar o vício na inabilitação da Recorrente.

Marçal Justen Filho² afirma que "O vício na licitação acarreta, em princípio, a invalidade de todos os atos posteriores, inclusive do contrato administrativo (se chegou a ser pactuado posteriormente), conforme dispõe o art. 49, §2º".

Se assim não o fosse, bastaria que após atos de ilegalidade o Órgão simplesmente adjudicasse às pressas a licitação, estancando, assim, todas ulteriores pretensões manejadas perante o Poder Judiciário.

Não obstante, o interesse processual advém do critério de adequação e utilidade que o provimento jurisdicional irá proporcionar à Autora, qual seja, a declaração de nulidade do certame promovido pela Secretaria do Distrito Federal, a fim de que se reconheça a ilegalidade de todos os atos subseqüentes, por manifesta violação aos princípios da Administração Pública.

"O interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, conseqüentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretendem, relativamente à sua pretensão em ainda mais, sempre que aquilo que se pede no processo (pedido) seja útil sob o aspecto prático." (In Curso Avançado de Processo Civil, V.1, Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento, São Paulo, 2007, 9ª edição, págs.137/138)."

De fato, com a procedência do pedido formulado, todos os atos de adjudicação, homologação e contratação serão considerados nulos, o que fará nascer nova verificação para fins de declaração de vencedor.

² Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 740.
Página 17 de 21



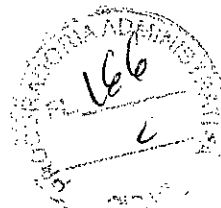
Logo, em V. Exa. entendendo que o ato é nulo por conta das irregularidades apontadas, certamente todos os efeitos a partir dele serão inválidos, desfazendo-se a adjudicação e suas conseqüências (homologação e assinatura de contrato).

A R. SENTENÇA E O ACÓRDÃO ORA VERGASTADO AFRONTA DIRETAMENTE OS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES, INCLUSIVE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. NULIDADE DO PROCEDIMENTO. ALTERAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO. CONTRATO INTEGRALMENTE CUMPRIDO. INTERESSE PROCESSUAL NA OBTENÇÃO APENAS DA TUTELA DECLARATÓRIA. TESE DE VIOLAÇÃO DO ART. 267, VI, DO CPC REPELIDA.

1. Cuidam os autos de ação ajuizada por NACKLE MAKHOUL JÚNIOR na qual requer seja reconhecida a nulidade do contrato firmado pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB e a PIRELLI, e, conseqüentemente, a alteração da ordem classificatória, passando a autora a figurar na 3ª colocação. Sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC, por entender que não há, in casu, interesse de agir, em razão do cumprimento integral do contrato. Acórdão que cassou a sentença ao argumento de que há interesse processual da autora em ver reconhecida a nulidade do procedimento licitatório, bem como o seu direito de ocupar o 3º lugar no certame. Na via especial, a CEB alega vulneração do art. 267, VI, do CPC, tendo em vista que a finalização do procedimento licitatório e o cumprimento integral do contrato tornaram inútil sua anulação, além de impossível a adjudicação do objeto da licitação à ora recorrida. Sustenta, ainda, que a inexistência, na exordial, de pleito indenizatório torna injustificável a tutela declaratória em questão.

2. Só há legítimo interesse de agir quando a tutela jurisdicional pleiteada for adequada à satisfação do interesse material do demandante. Se o provimento jurisdicional não é adequado à realização do direito que se



requer, então, de nada adianta prosseguir-se no exame de uma ação que se revela inútil à proteção do interesse da parte. Por tais motivos, afirma-se que o interesse de agir corresponde ao binômio "necessidade-utilidade", pois é preciso que a parte tenha "necessidade" de se utilizar da via judicial para deduzir a pretensão resistida e que o procedimento eleito seja "útil" à obtenção da tutela jurisdicional invocada.

3. Persiste o interesse processual da empresa-recorrida na obtenção tão-somente da tutela jurisdicional declaratória que consiste no reconhecimento da "nulidade do contrato firmado pela Ré, extinguindo-lhe todos os efeitos legais, condenando-se a Ré a proceder a alteração da ordem classificatória, passando a Autora a figurar na 3ª colocação (...)" (fl. 20). A conclusão do contrato não implica a perda do objeto da ação declaratória, ainda que não seja possível o retorno das partes ao status quo ante, uma vez que poderá servir de supedâneo à eventual demanda indenizatória.

4. Correto o acórdão hostilizado ao determinar a cassação da sentença para que fosse analisado o mérito da ação quanto aos requerimentos de natureza declaratória. Não prospera, portanto, a tese de violação do art. 267, VI, do CPC.

5. Recurso especial não-provido.

(REsp 771.312/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2006, DJ 03/08/2006, p. 217)

Marçal Justen Filho³ afirma que "O vício na licitação acarreta, em princípio, a invalidade de todos os atos posteriores, inclusive do contrato administrativo (se chegou a ser pactuado posteriormente), conforme dispõe o art. 49, §2º".

Nesse passo, tendo em vista a extinção do feito sem julgamento de mérito e a matéria ser unicamente de direito, requer, nos termos do art. 515, § 3º do CPC, o julgamento da lide por este Tribunal, reformando a sentença para declarar

³ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 740.
Página 19 de 21

nulo o ato que inabilitou a Apelante da Concorrência 01/2011, declarando habilitada a Apelante e permitido sua participação nas fases posteriores do certame, já que nem mesmo eventuais adjudicações prejudicam o direito da Apelante.

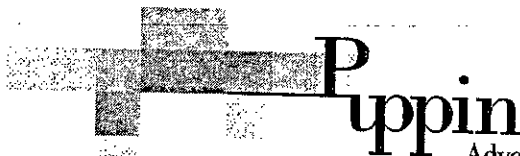
Assim, mesmo que se admita a suposta perda do objeto, esta se daria apenas para dois dos três lotes, não para sua integralidade, posto que o ato errôneo praticado pela Secretaria do Distrito Federal merece e deve ser apreciado pelo Poder Judiciário.

Nesse passo, tendo em vista a extinção do feito sem julgamento de mérito e a matéria ser unicamente de direito, requer o julgamento da lide por este Superior Tribunal de Justiça para declarar nula a sentença de piso que extinguiu o processo sem resolução do mérito, determinando, por certo, o retorno dos autos à origem para apreciação do mérito processual, ante a violação ao disposto no art. 267, VI, do CPC.

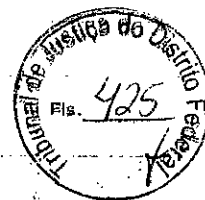
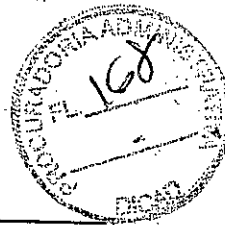
DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, pede o Recorrente, confiante nos provimentos dessa Egrégia Corte Superior, pela admissibilidade do presente Especial, porque presente os requisitos exigidos, e que, admitido, seja conhecido e provido, reformando-se o v. Acórdão recorrido, para dar provimento ao presente recurso para determinar o prosseguimento na origem, já que houve patente violação aos ditames do art. 267, VI, uma vez que a reabertura no processo licitatório não é causa de extinção do feito sem resolução de mérito.

REQUER, POR FIM, TODAS AS PUBLICAÇÕES SEJAM FEITAS EM NOME DO ADVOGADO ANDRÉ PUPPIN MACEDO - OAB/DF 12.004.




Advogados Associados

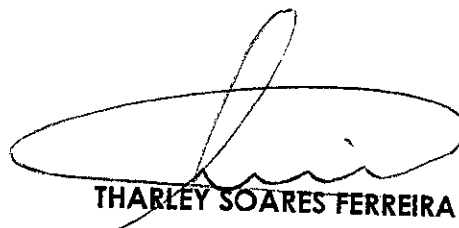


Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 16 de dezembro de 2013.


ANDRÉ PUPPIN MACEDO
OAB/DF 12.004


THARLEY SOARES FERREIRA
OAB/DF 36.374



**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: **2014.01.005615874**

Data e Hora: 26/03/2014 17:26

Tipo de Peticionante: **Réu**

Recebido em: Posto de Apoio Judiciário da Corregedoria do Fórum do Meio Ambiente - PAJ

Processo: **20120111952972RES (Res. 65 - CNJ: 0195297-53.2012.8.07.0001)**

CÓPIA



PROCESSO N.º 2012.01.1.195297-2

Recorrente: VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio já indicado na peça de ingresso, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência apresentar

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Especial interposto pela **VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.**, fazendo-o nos termos dos argumentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

1. SÍNTESE DA DEMANDA

A empresa **VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA** ingressou com ação sob o rito ordinário com pedido de tutela antecipada com o objetivo de ser considerada habilitada na Concorrência Pública nº 01/2011-ST, que consiste



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



no procedimento de licitação organizado para concessão da prestação e exploração do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

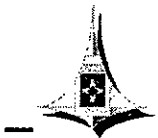
Alegou que foi inabilitada no certame por descumprimento ao subitem 21.4.1.1.1.2 do Edital, por não ter apresentado atestado de capacidade técnica acerca da sua condição de prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros.

Argumentou que apresentou Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela própria Secretaria de Transportes do Distrito Federal (em verdade pelo DFTRANS – operador do Sistema de Transportes), o qual, porém, foi objeto de impugnação por outras licitantes tendo em vista que, em relação ao número de passageiros transportados, **não coincidia com os dados apresentados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica.**

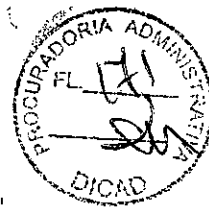
Informa que, ao apreciar os recursos, as autoridades constataram que de fato o atestado continha **erro material**, o que motivou a expedição de novo atestado pelo DFTRANS, no qual foi reduzido o número de passageiros transportados de 1.793.500 para 1.421.988 passageiros/mês de fevereiro a julho de 2011.

Essa circunstância fez com que a empresa fosse inabilitada no certame, **tendo em vista que o Atestado que corresponde aos dados reais do serviço de transporte prestado pela parte autora não atende aos números mínimos necessários** para operar nos lotes em que intentou concorrer.

A empresa argumentou que foi induzida a erro pela própria Secretaria de Transportes, o que a fez crer que atendia os requisitos do Edital.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Alega que se tivesse ciência do empecilho teria somado forças com a Viação Satélite Ltda., que possui a mesma composição societária, para juntas, **em consórcio**, comprovarem capacidade técnica bastante para participarem do certame.

Diante desse quadro, requereu decisão judicial para considerá-la habilitada no certame, assegurando a abertura da sua proposta financeira em especial para o Lote 3.

Após emenda à inicial, requereu lhe fosse assegurada a possibilidade de participar da Concorrência "EM CONSÓRCIO COM OUTRA EMPRESA", sem especificar ou identificar a outra empresa participante, e autorizando que complementasse a documentação necessária à habilitação (fl. 220).

Foi deferida medida liminar no sentido em que pleiteado pela autora. Em face dessa decisão, o Distrito Federal interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual teve o seu pedido de antecipação de tutela recursal deferido no sentido suspender os efeitos da decisão.

Sobreveio então sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, VI, do CPC, em razão da perda superveniente do interesse de agir da parte autora, já que após o ajuizamento da ação, a licitação foi reaberta, com novo prazo para a apresentação de propostas, na qual a licitante poderia participar normalmente.

Em grau de apelação, a sentença foi mantida quanto à extinção do processo, embora tenha sido invertido o ônus da sucumbência, em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO
ORDINÁRIA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE TRANSPORTE
COLETIVO. REABERTURA DO EDITAL APÓS O



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. A reabertura do edital de licitação impugnado por falta de proponentes habilitados, acarreta a perda superveniente do interesse de agir da parte autora, porquanto possibilitará sua participação no certame na modalidade que lhe aprouver, não subsistindo mais os motivos que ensejaram a propositura da demanda. Correta portanto, a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do CPC.
2. Considerando que a ausência de interesse de agir foi superveniente, em razão da reabertura do edital do procedimento licitatório ter ocorrido somente após o ajuizamento da presente demanda, deverá o réu arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais, em respeito ao princípio da causalidade.
3. Recurso parcialmente provido.

O Distrito Federal opôs embargos de declaração com o fim de ver reformado o acórdão no tocante à inversão dos ônus da sucumbência, mas foi negado provimento ao recurso.

A parte autora interpôs recurso especial, no qual alega violação ao art. 267, VI, do CPC.

O recurso especial, contudo, não preenche os requisitos de admissibilidade ou, caso assim não se entenda, deve-se negar provimento ao apelo, conforme se verá adiante.



2. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ

O recurso especial é inviável na medida em que o acórdão recorrido chegou à conclusão de que a recorrente perdera o interesse de agir ao verificar as circunstâncias fáticas subjacentes à lide, de maneira que somente mediante reexame dos fatos e das provas existentes nos autos seria possível chegar-se à conclusão diversa, o que é vedado na instância especial conforme a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, veja-se no voto do Relator o exame do contexto fático para negar provimento à apelação da recorrente:

Na presente demanda, a causa de pedir consiste na alegada ilegalidade do ato da administração que inabilitou a autora no procedimento licitatório, após a emissão do novo atestado de capacidade técnica incompatível com as exigências do edital.

Já o pedido repousa na declaração de nulidade do ato questionado, com a consequente manutenção da autora no certame e sua habilitação para as fases subsequentes.

No entanto, constata-se que posteriormente ao ajuizamento da ação, o Distrito Federal determinou a reabertura do edital de licitação (fls. 292).

Pode-se concluir, portanto, que o ato que inviabilizou o prosseguimento da autora no certame não mais persiste, isto é, com a reabertura do edital ela vai poder concorrer para o objeto da licitação em igualdade de condições com os demais interessados, de forma individual ou em consórcio com outra empresa, de acordo com o que lhe aprouver.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



*Segundo os ensinamentos de Daniel Amorim Assumpção Neves: "As condições da ação devem ser analisadas no momento de julgamento da demanda, e não no de sua propositura. **Significa dizer que, presentes as condições da ação no momento de propositura, se por fato superveniente desaparecer uma delas, será caso de extinção por carência superveniente de ação (...).**"¹*

Nesses termos, tenho que a reabertura do edital da Concorrência Pública 01/2011-ST é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, em face da perda superveniente de interesse processual, motivo pelo qual, deve ser mantida a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC.

Não há dúvida, portanto, que a recorrente pretende um reexame das circunstâncias de fato em seu recurso especial, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

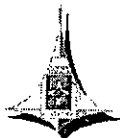
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CABIMENTO EM TESE. HIPÓTESE NA QUAL A SENTENÇA NÃO TRANSITOU EM JULGADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SÚMULA 7/STJ.

1. É incabível ação rescisória contra sentença ou decisão que não decide o mérito da demanda.

2. A jurisprudência majoritária do STJ também entende por "sentença de mérito" rescindível nos termos do art. 485, caput, do CPC, a sentença extintiva do processo sem resolução do mérito, que se enquadra em qualquer

¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil; 2.ª Edição. Editora Método, São Paulo, 2010, p. 470.



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



hipótese dos incisos do sobredito art. 458 do CPC. Precedentes: REsp 1.217.321/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/3/2013; AgRg no REsp 1.352.015/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 18/10/2013.

3. Na espécie, colhe-se do acórdão em avilte que o julgado rescindendo anulou sentença proferida em ação de desapropriação indireta por ausência de intervenção do Ministério Público.

4. Há, na sentença que ingressou nos aspectos de nulidade do processo, uma decisão de mérito que, em linha de princípio, é rescindível, conforme a jurisprudência firmada pela Segunda Turma nos precedentes acima colacionados.

5. O aresto impugnado (e-STJ, fl. 618), entretanto, consigna que a decisão rescindenda não transitou em julgado, reconhecendo a ausência de interesse processual dos autores da ação.

6. Rever tal conclusões, na via eleita, é medida que implica reexame de provas, o que é defeso a teor da Súmula 7/STJ.

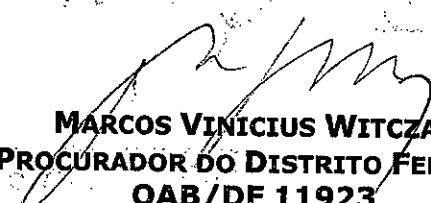
7. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (AgRg no AREsp 359.300/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 19/03/2014)

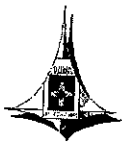
3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, requer o Distrito Federal que não seja conhecido o recurso especial e, caso venha a ser conhecido, a ele seja negado provimento, mantendo-se o acórdão recorrido.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 26 de março de 2014.


MARCOS VINICIUS WITCZAK
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL
OAB/DF 11923



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

CPY

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.**

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**

Comprovante de recebimento de Processo com Petição

Número do Protocolo: **2014.01.014250630** Data e Hora: 18/07/2014 12:58

Recebido em: Posto de Apoio Judiciário da Corregedoria do Fórum do Meio Ambiente - PAJ

Processo: **20120111952972AGS (Res.65 - CNJ: 0195297-53.2012.8.07.0001)**

Qtd Apensos Recebidos: 0



PROCESSO: 2012.01.1.195297-2

AGRAVANTE: VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

AGRAVADO: DISTRITO FEDERAL

O **DISTRITO FEDERAL**, já devidamente qualificado nos autos do recurso especial tombado sob o número em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

interposto em face da decisão deste Egrégio Tribunal que inadmitiu o Recurso Especial interposto também em face de acórdão prolatado por esta Corte, fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos a frente.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 17 de julho de 2014

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

OAB/DF N. 29.190

| |
|---------|
| FL. |
| 199 |
| Rubrica |
| GECAD |
| PROCAD |



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

Agravo em Recurso Especial n.º 2012.01.1.195297-2

Agravante: VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA.

Agravado: Distrito Federal

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL,

COLEDA TURMA,

EMINENTE MINISTRO RELATOR,

I. BREVE HISTÓRICO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

Em síntese, o Recurso Especial interposto pela empresa VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA. foi inadmitido porquanto o acórdão impugnado por meio daquele recurso encontra-se em plena consonância com a jurisprudência desta Corte.

Tal circunstância atraia a aplicação da Súmula n.º 83 deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza o seguimento do Recurso Especial manejado.

Inconformado, a VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA interpôs o recurso de Agravo ora objeto de contrarrazões.

Em resumo, era o que tinha de relevante a ser relatado

| |
|--------|
| FL. |
| 198 |
| Folha |
| PROCAD |

II. DAS RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO AGRAVO INTERPOSTO.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

II.1 Da inadmissibilidade do Recurso Especial em razão da conformidade do acórdão com a jurisprudência deste Colendo STJ.

Agiu com o costumeiro acerto o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ao negar seguimento ao Recurso Especial interposto pela VIAÇÃO CIDADE BRASÍLIA LTDA., ao argumento de que o acórdão objeto de irresignação por meio daquele recurso excepcional encontra-se em perfeita consonância com a jurisprudência deste Egrégio Tribunal Superior.

Com efeito, em caso análogo e que recentemente julgado, assim se manifestou este Eminentíssimo Corte de Justiça:

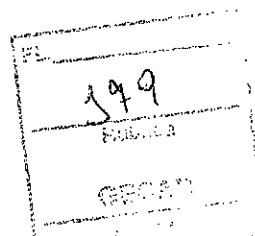
"ADMINISTRATIVO. FATO NOVO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. CARÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. O reconhecimento do direito na esfera administrativa configura fato superveniente, conforme teor do art. 462 do Código de Processo Civil, que implica a superveniente perda do interesse de agir do autor, pois torna-se desnecessário o provimento jurisdicional, impondo a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Precedentes do STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1404431/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 09/12/2013)"

Como se vê, este Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em caso análogo no sentido de que é clara a falta de interesse de agir superveniente em determinada ação em que a parte discute sua inabilitação em procedimento licitatório objeto de homologação no curso do processo.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Assim, no caso dos autos, outra não era a opção do Eminentíssimo Magistral de primeiro, senão julgar extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, tal como dispõe a jurisprudência desta Corte.

Nessa medida, é inegável que o agravo ora objeto de contrarrazões não merece provimento, devendo ser negado seguimento ao Recurso Especial, a teor do que dispõe a Súmula n.º 83 desta Corte de Justiça.

III. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto neste arrazoado, o Distrito Federal requer e espera que essa Egrégia Turma, **não conheça do agravo em recurso especial** ora interposto e, caso assim não seja, o que se admite somente para argumentar, **no mérito, lhe negue provimento**, na medida em que as razões recursais não refutam os substanciais fundamentos da decisão recorrida, tudo por ser de direito e de lícita Justiça.

Termos em que espera deferimento.

Brasília, DF, 17 de julho de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

OAB/DF N. 29.190

